

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DAS VILAS BRÁZ, EULINA E SÃO MIGUEL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO “PRAÇA RIO GRANDE SHOPPING CENTER”, RIO GRANDE – RS

SOCIOECONOMIC AND SPATIAL ANALYSIS OF VILLAGE BRÁZ, EULINA AND SÃO MIGUEL AFTER IMPLEMENTATION OF “PRAÇA RIO GRANDE SHOPPING CENTER”, RIO GRANDE - RS

Maristel Coelho San Martin

Licenciada, Bacharel e Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail: maristelcsm@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais ocorridas no entorno do “Praça Rio Grande Shopping Center”, mais precisamente na Vila Bráz, Vila Eulina e São Miguel, situadas no município de Rio Grande/RS. Essa pesquisa torna-se imprescindível, pois, além de existirem poucos estudos dessa área, a mesma está inserida em uma periferia que abarca grande parcela de uma população menos abastada e com grande defasagem de infraestrutura. A metodologia empregada pautou-se em Revisão bibliográfica, levantamento de dados por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS). Foram feitos ainda um trabalho de campo e uma análise de imagens do Google Earth Pro entre os anos de 2010 e 2019. Como recorte temporal, escolhemos o período entre 2010 e 2019, o qual demonstrou uma maior dinâmica territorial ocasionada pelo Polo Naval e a respectiva suspensão de suas atividades. Os resultados apontam que a localidade como um todo obteve uma razoável melhora com relação à infraestrutura e o processo de valorização do espaço, demonstrando um processo inicial de uma nova centralidade, que ainda não foi totalmente consolidada.

Palavras-chave: Rio Grande. Espaço Urbano. Centralidade. Periferia.

ABSTRACT

This article aims to characterize the socioeconomic and spatial conditions that occurred around the “Praça Rio Grande Shopping Center”, more precisely in Vila Bráz, Vila Eulina and São Miguel. This research becomes essential, because,

in addition to the fact that there are few studies in this area, it is inserted in a periphery that covers a large portion of a less affluent population and with a large infrastructure gap. The methodology employed was based on a bibliographic review, data collection through the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Map of Opportunities and Public Services (MOPS). Google Earth Pro fieldwork and image analysis was also carried out between the years 2010 and 2019. As a time frame, we chose the period between 2010 and 2019, which demonstrated a greater territorial dynamics caused by the Naval Pole and the respective suspension of its activities. The results show that the locality as a whole has achieved a reasonable improvement in terms of infrastructure and the process of enhancing space, demonstrating a beginning process of changes in the surroundings of the mall.

Keywords: Rio Grande. Urban Space. Centrality. Periphery.

INTRODUÇÃO

O município do Rio Grande tem sido palco de grandes mudanças em seu espaço urbano, a partir da implantação de um Polo Naval. Seu crescimento territorial recente, coligado a diversificação de empresas e serviços vem ocasionando novos espaços de consumo e segregação. Podemos perceber isso tanto no “Praça Rio Grande Shopping Center”, quanto em seu entorno, que a partir de 2010 deu início a uma nova reconfiguração.

A área, a qual por 80 anos pertenceu ao antigo Hipódromo municipal, passou a ser fragmentada, recebendo o atual *shopping* e ainda empreendimentos imobiliários e equipamentos urbanos, modificando suas funções e as relações sócio espaciais, de si e do entorno. Entendemos que esse tipo de transformação provinda de grandes empreendimentos, como shoppings centers em áreas consolidadas, sobretudo na periferia, promovem grandes impactos na estrutura urbana, uma vez que, os agentes sociais que detém o poder estabelecem condições para o desenvolvimento e a acumulação do capital, formando novas centralidades, as quais demonstram

os diferentes níveis de classes sociais, novas formas de uso e funções na localidade.

Nesse contexto, essa pesquisa visa caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais das Vilas Bráz, Eulina e São Miguel a partir da implantação do “Praça Rio Grande Shopping Center”. Como recorte temporal, escolhemos o período entre 2010 e 2019, o qual demonstrou uma maior dinâmica territorial ocasionada pelo Polo Naval e a respectiva suspensão de suas atividades. Essa pesquisa torna-se relevante devido à necessidade de estudos nessa área, uma vez que, a mesma encontra-se numa periferia do município caracterizada por pouca infraestrutura e uma população de baixa renda, a qual recebeu esse empreendimento de grande porte em seu espaço.

A metodologia empregada no estudo em questão pautou-se em revisão bibliográfica, levantamento de dados por meio dos dados por setor censitário do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS). Foi feito ainda um trabalho de campo para reconhecimento da área. E, por fim, uma análise de imagens do Google Earth Pro entre os anos de 2010 e 2019.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município do Rio Grande está localizado na Planície Costeira do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul desse estado, limitando-se ao norte com o município de Pelotas e a Laguna dos Patos, ao sul com o município de Santa Vitória do Palmar, a leste com o Oceano Atlântico e Canal do Rio Grande e a oeste com os municípios de Pelotas, Arroio do Padre e a Lagoa Mirim. A área de pesquisa (Figura 1) está situada na periferia da cidade e faz limite ao norte com a Laguna dos Patos, ao sul com a Estrada Roberto Socoowisky, Vila Junção e Vila Rural, a oeste com a Vila São João, e a leste

com o Bairro Buchholz. Por longos anos, essa região foi composta apenas por dunas, algumas chácaras e o antigo hipódromo.

Figura 1- Localização da área de estudo



Fonte: Google Earth Pro. Adaptação própria.

A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Segundo Lefèbvre (2000), o modo de produção de um determinado período produz concomitantemente as relações sociais e seu espaço. Destarte, podemos dizer que a cidade é um produto, uma obra, que se altera nas diferentes fases de seu desenvolvimento, podendo manter características comuns a épocas específicas e/ou a todas as épocas. De acordo com Lefèbvre (2000, p. 49), a cidade é a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico e o urbano é a realidade social composta por relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

Logo, ambos estão conectados e não devem ser separados nem confundidos. Carlos (2013) corrobora com as palavras de Lefèbvre, mencionando que “o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida” (CARLOS, 2013, p. 27). Nesse sentido, o espaço urbano configura diversas características em diferentes tempos e lugares, o qual a reprodução social e a cumulação do capital são os principais fatores determinantes desse processo.

[...] O espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, ele tem relações com a propriedade [...] com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca e valor de uso. Assim sendo, ele não situa a tal ou tais “níveis”, “planos” classicamente distinguidos e hierarquizados. [...] O espaço se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora a outros. Ora no trabalho, ora nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas por toda a parte. A produção não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, precisamente, numa “prática” (LEFÉBVRE, 2000, p. 5).

Para Corrêa (1989), o espaço possui agentes que produzem e consomem o espaço, por meio de interesses distintos, relações sociais e lutas de classe, gerando um constante processo de reorganização espacial

desigual. Para o autor, esses agentes são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os proprietários dos meios de produção visam adquirir terras de grande extensão, baixo valor e que estejam próximas tanto de recursos para expansão dos negócios e de suas matérias primas.

Consequentemente, contribuem e interferem na instalação de outras empresas de ramos distintos, assim como aumenta o desenvolvimento do setor imobiliário, uma vez que, são atrativos para migrantes em busca de empregos e melhores condições de vida. No que concerne os proprietários fundiários, esses visam apenas o valor de troca, dando preferência a realizar negócios com as populações mais abastadas. Estão particularmente interessados na conversão de terra rural em urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade (CORRÊA, 1989, p.16).

Já os promotores imobiliários efetivam financiamentos, incorporações, vendas, construção e aluguéis de imóveis, alterando o capital-mercadoria em capital-dinheiro, com acréscimo de lucro. O Estado desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço, tendendo a beneficiar as classes dominantes e o desenvolvimento do capital. Entretanto, em determinados momentos, contribui com ações de mais justiça social, por meio de propostas e reivindicações das classes de menor renda, que compreende os agentes sociais excluídos, cujos, produzem e moldam o espaço urbano conforme as condições postas pelos demais agentes e sua situação de vida.

É importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe(CORRÊA, 1989, p.12-13).

Sposito (1994, p.64) menciona que a cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do

capitalismo. Isso ocorre, pois, sua densidade e concentração de estabelecimentos permitem que o ciclo do capital seja realizado de forma mais rápida. No entanto, para assegurar a reprodução do capital, o modo de produção capitalista enfrenta períodos de crise e transformações, necessitando se reestruturar.

À vista disso, Castells (1999, p.101) menciona que em sua última reestruturação, "as empresas buscavam novas estratégias", como a inovação tecnológica e descentralização organizacional "com resultados em longo prazo, e redução dos custos de produção, aumento da produtividade, ampliação do mercado e aceleração do giro do capital para a obtenção de resultados a prazos mais curtos". Conseqüentemente, houve um crescimento econômico mundial a partir da intensificação do comércio em relação à produção, o qual tinha como objetivo encontrar mercado consumidor para a crescente diversidade de produtos e serviços que estavam sendo produzidos. Sposito (1991, 2004), Montessoro (1999), Whitacker (2003), e Silva (2006) apontam em seus estudos que após esse período as cidades redefiniram os padrões de uso do solo, criando novos espaços de consumo e consumo dos espaços, alterando suas formas, por meio da redefinição das centralidades e ainda criando novas relações espaço-temporal, novas dinâmicas territoriais e econômicas.

CENTRALIDADE URBANA E O "PRAÇA RIO GRANDE SHOPPING CENTER"

De acordo com Christaller (1996, p. 20), a centralidade urbana é uma propriedade conferida a uma cidade para oferecer bens e serviços à população exterior. Dessa forma, o autor explana que a organização econômica nos lugares centrais oferece maior concentração de estabelecimentos de bens e serviços atraindo um maior número de pessoas para essa região. Além disso, outras atividades atribuem destaque a essas áreas de acordo com a frequência que é acessada.

Outro ponto mencionado por Christaller (1933, p. 139) é que o lugar central não necessariamente corresponde ao centro da cidade, podendo ser localidades afastadas do centro, em pequenas aglomerações urbanas que dispõem concentrações de serviços e bens imediatos. Já Lefévre (2000, p. 149) considera a centralidade como um fenômeno social, e essencialmente urbano, que cria hábitos e práticas peculiares, reflexos de extratos sociais locais que compõem o espaço de ação. Na abordagem de Castells (1983, p. 135) a centralidade é uma combinação de aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos que em conjunto tem influência no controle e na regulação do território.

Nesse contexto, segundo Pintaudi (1992), em decorrência do desenvolvimento do comércio varejista, na década de 1960, surge o primeiro *shopping center* brasileiro. Entretanto, esse tipo de empreendimento se consolidou como uma evolução do consumo, impactando o comportamento de diversas gerações e causando alterações sócio espaciais a partir da década de 1980. Dessa forma, eles surgem procurando atrair o consumidor em função da sua acessibilidade por automóvel, da segurança, da seletividade e, principalmente, pela complexa estrutura espacial das atividades terciárias reunidas num só lugar (RIBEIRO FILHO, 2004, p.164).

Salientamos ainda que os shoppings centers são atrativos de outros empreendimentos no ramo residencial, de comércios e serviços para seu entorno, uma vez que, buscam se beneficiar pela atratividade do local. O Praça Rio Grande Shopping Center foi construído em uma parte do terreno que pertencia ao antigo hipódromo municipal inaugurado em 1922. Essa localidade fazia parte da zona rural, compondo-se apenas de algumas chácaras em seu entorno, que, com o tempo, deram lugar as vilas populares.

Em 2010, surgiu uma nova proposta para a utilização do espaço do hipódromo até então abandonado, recebendo novas funções e estruturas a partir do desmembramento de sua área. Em abril de 2014, iniciaram-se as

atividades do shopping, considerado de médio porte, possuindo uma área de 24.199 m² com estacionamento para duas mil vagas, cinema, praça de alimentação, hipermercado e comércios. Na outra área pertencente ao antigo hipódromo, situada a leste do shopping, foram construídos quatro condomínios residenciais, sendo eles: “Jóquei Clube I, II e III”, já finalizados e o “Solar da Lagoa”, ainda em fase de construção, totalizando 800 unidades habitacionais em forma de apartamentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Ainda na área do antigo hipódromo foi instalada a Escola de Belas Artes Heitor de Lemos e está sendo erguido o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Além dessas alterações, seu entorno recebeu manutenção da sinalização viária, requalificação de iluminação pública e nas vias de acesso, obras de drenagem pluvial, pavimentação e ampliação do serviço de transporte coletivo nessa região. No entanto, com o encerramento das atividades do Polo Naval e a atual conjuntura política e econômica do país, houve uma desaceleração dos investimentos no município, causando ainda a diminuição da procura de imóveis.

Acrescentamos a esse fato que, a quantidade de empreendimentos habitacionais do Programa Minha casa Minha Vida no município, também contribuiu com essa baixa procura por habitação na localidade de estudo, porém os promotores imobiliários acreditam em adquirir grandes lucros num futuro próximo, já que a circulação e a quantidade de comércios e serviços têm crescido recentemente nas Vilas do entorno do *shopping*. Dessa forma, podemos perceber que ainda não foi concretizada uma nova centralidade, mas sim um processo inicial da mesma na área da pesquisa. A seguir, apresentaremos as características socioeconômicas e espaciais das vilas circundantes do shopping e as respectivas alterações.

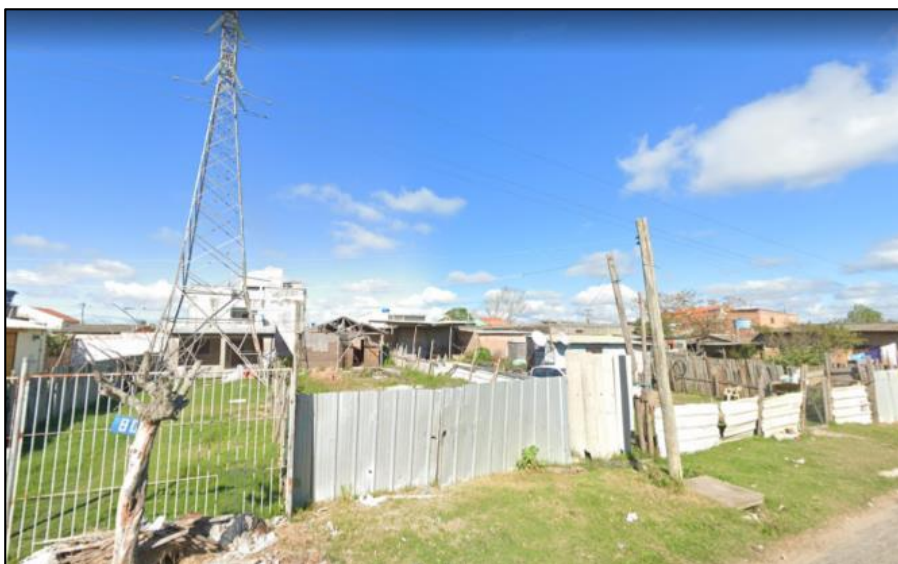
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização da Vila Bráz

Segundo Salvatori *et al.* (1989, p. 60), a Vila Bráz foi aprovada em 13 de abril de 1955, sendo uma área particular composta de 13 quadras e 369 lotes. Sua aprovação foi realizada a partir de um processo de reorganização espacial da área pertencente ao antigo hipódromo. No entanto, os antigos moradores venderam os lotes sem efetivar a regularização fundiária e assim por 30 anos essa Vila permaneceu nessa situação.

Somente em 2013, a justiça autorizou a prefeitura regularizar os terrenos de 200 famílias dessa localidade. Salientamos que, em uma parte próxima aos limites dessa vila com o *shopping*, existe uma extensão de ocupações informais que não foram regularizadas, visto que, encontram-se situadas abaixo das linhas de energia de alta tensão. Evidenciamos ainda que, conforme a voltagem da linha de transmissão é determinando a largura da área de segurança em torno da torre, chamada “faixa de servidão” (Figura 2).

Figura 2- Fotografia das ocupações informais em baixo da linha de alta tensão



Fonte: Arquivo pessoal.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 5422, o Ministério de Minas e Energia juntamente com as concessionárias estabelecem as medidas da área de restrição de uso. Nessas medidas estão: à proibição de benfeitorias ligadas às atividades pecuárias e agrícolas, instalações elétricas e mecânicas assim como a presença de açudes. Logo, é proibido qualquer tipo de edificação ou áreas de circulação de pessoas e animais, redes de água, esgoto e rede de comunicações, e também é proibida a exploração de jazidas e serviços de terraplanagem.

Além disso, a faixa de servidão estabelecida no município do Rio Grande é de 15 metros de cada lado da base da torre. Ainda sobre as ocupações informais, “houve um pequeno crescimento dessas áreas ocupadas principalmente entre o período de 2007 e 2009, porém, atualmente mantem-se todas estagnadas” (MARTIN, 2019, p. 87). Segundo Maricato (2001) essas ocupações ocorrem devido à baixa renda de cidadãos que impede o acesso ao mercado imobiliário formal.

A autora complementa ainda que a ausência de planejamento e má administração de nossos governos, não contemplam as demandas por moradias. Fernandes (2011) corrobora dizendo que há uma gama de fatores que produzem essas ocupações como: ausência de investimentos suficientes em infraestrutura; clientelismo político; planejamento impraticável; sistema jurídico disfuncional, entre outros. Com relação aos dados socioeconômicos e espaciais essa vila possui 264 endereços, de acordo com o CNEFE (2010) e segundo IBGE (2010) há 252 domicílios, sendo que 237 estão ocupados.

A população total da Vila Bráz é de 764, sendo que 376 são homens e 388 são mulheres, segundo o IBGE (2010). Conforme o MOPS (2017) verificou-se que 63 famílias possuíam cadastro único, já em 2019 o número aumentou para 183. Quanto à idade das pessoas registradas nesse cadastro 53 estão entre zero e seis anos, 76 entre sete e 15 anos, 79 entre 16 e 24 anos e 40 possuem mais de 65 anos.

Com relação à renda, constatou-se pelo MOPS (2019) que 29 famílias vivem em situação de extrema pobreza, 21 em situação de pobreza e 51 com baixa renda. Foram registradas 37 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2019, e existem 43 pessoas analfabetas na localidade. Ressaltamos que a Vila Bráz possui escola de ensino fundamental e é atendida por uma Unidade Básica de Saúde (USB).

Por meio do trabalho de campo foi possível verificar 13 novos estabelecimentos, sendo que, 10 estão no ramo de serviços, três no ramo de comércio e dois empreendimentos habitacionais. Embora a vila seja alvo de especulação imobiliária, há poucos terrenos e casas disponíveis para a venda, e baixa procura de imóveis. Isso ocorre, pois há outros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, próximos da área de estudo que os tornam mais atrativos pelo valor aquisitivo e condições de pagamento, assim como no acesso a outros serviços.

Caracterização da Vila Eulina

De acordo com Salvatori *et al.* (1989, p. 64), a Vila Eulina foi aprovada em 1º de junho de 1957, sendo uma área particular composta por dois projetos de loteamento, sendo um pertencente ao senhor Mogard Wyse e o outro a senhora Eulina F. Gomes. Sua aprovação também foi realizada a partir de um processo de reorganização espacial da área pertencente ao antigo hipódromo. Entretanto, esse processo permitiu a aprovação de somente parte dos loteamentos.

Segundo Salvatori *et al.* (1989, p. 62-64), o Sr. Wyse obteve apenas duas quadras aprovadas e a Srª Eulina seis quadras aprovadas. Contudo, ambos os proprietários realizaram a venda dos lotes antes de obterem a aprovação, dando início ao processo de ocupação da área e incentivando outras ocupações informais a se fixarem no final da Rua Rafael Anselmi, próximo a Rua Eng. Elmer Lawsorense Corttheill, no decorrer do tempo (Figura 3).

Ressaltamos que houve novas ocupações no final da década de 1990 até 2007, e atualmente encontram-se estagnadas (MARTIN, 2019, p. 88).

A população total da Vila Eulina é de 1.064, sendo que 511 são homens e 553 são mulheres, segundo o IBGE (2010). De acordo com o MOPS (2017), verificou-se que 113 famílias possuíam cadastro único, já em 2019 o número aumentou para 122. Quanto a idade das pessoas registradas nesse cadastro 31 estão entre zero e seis anos, 46 entre sete e 15 anos, 46 entre 16 e 24 anos e 38 possuem mais de 65 anos.

Figura 3 - Fotografia das áreas de ocupação informais da Vila Eulina



Fonte: Arquivo pessoal.

Com relação à renda, constatou-se também pelo MOPS (2019) que 16 famílias vivem em situação de extrema pobreza, 14 em situação de pobreza e 34 com baixa renda. E as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2019, foram registradas 24. É importante evidenciarmos que existem 11 pessoas analfabetas e a localidade conta com uma escola de ensino fundamental, mas apesar de não ter um posto de saúde próximo, essa vila conta com atendimento da Unidade Básica de Saúde (USB) da Vila Brás.

Conforme o CNEFE (2010), a Vila Eulina possui 393 endereços e segundo IBGE (2010) há 381 domicílios, sendo que 359 estão ocupados. Quanto à

estrutura das moradias percebe-se que houve uma melhora nos tipos de construção, porém ainda é possível notar o grande contraste nas formas de construção e tamanho dos terrenos na Rua Eng. Elmer Lawsorense Corttheill próximas do muro do Parque de Exposições da Rural. Atualmente, existem apenas quatro imóveis disponíveis para venda no interior da vila e os quatro empreendimentos residenciais, em forma de apartamento que estão na área ao lado do shopping e ficam situados de frente para a Vila Eulina (Figura 4).

Figura 4 - Fotografia dos empreendimentos residenciais Jóquei Clube I, II e III finalizados, e o Solar da Lagoa ainda em construção



Fonte: Arquivo pessoal.

Através do trabalho de campo foi possível constatar 23 novos estabelecimentos, sendo que, 14 estão no ramo de serviços, cinco no ramo de comércio e quatro empreendimentos habitacionais. Outro empreendimento que foi construído nos limites da Vila Eulina com o Bairro Buchholz foi um palco cultural em frente a nova escola de Ensino Fundamental Cipriano de Porto Alegre. Nesse contexto, Romero (2010) e Villaça (2001) reforçam que o espaço urbano do entorno de empreendimentos passa a adquirir novos valores de troca e de uso, como novas formas de uso e ocupação do solo.

Caracterização da Vila São Miguel

A Vila São Miguel está situada na zona oeste do primeiro distrito do Rio Grande, limitando-se a sul com a Estrada Roberto Socoowski, ao norte com a orla da Laguna dos Patos, a leste com a Rua Saturnino de Brito e a oeste com a Vila São João, possuindo uma área plana de 1.179,93 km². Sua origem remonta as décadas de 1940 e 1950 através da oferta de terrenos afastados, da área central. Segundo Salvatori *et al.* (1989, p.64) a localidade era composta inicialmente por chácaras que deram origem ao loteamento aprovado em 1958, cujos proprietários eram o Sr. Isaac Wolf e Miguel Castro, demarcando 1655 lotes distribuídos em 91 quadras.

Embora os primeiros lotes tenham sido vendidos em meados de 1964, a área de estudo passou por grandes alterações a partir da década de 1970, uma vez que, 964 residências construídas informalmente em áreas próximas ao porto, foram removidas e deslocadas para a Vila São Miguel. É importante ressaltarmos que, de acordo com Maricato (2001) esse período é marcado por um movimento de erradicação de favelas e atendimento as questões de déficit habitacional, iniciando também as políticas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). As primeiras ocupações informais na Vila São Miguel surgiram próximas à caixa d'água que abastece a região, e respectivamente se expandiram na direção da Laguna dos Patos e na região oeste dessa área.

A partir de 2010, com o advento do Polo Naval, a procura por habitações nessa região elevou-se, principalmente, pelo valor mais acessível em relação à área central. No entanto, Maricato (2007, p. 3) alude que a lei de mercado é um fator de exclusão da acessibilidade urbana, pois o mercado privado não consegue atender toda a população que necessita de moradia. Assim, restaram às famílias que não possuíam renda para adquirir

uma moradia, se fixarem as margens da laguna dos Patos ou ocuparem áreas de baixo de linhas de energia de alta tensão.

Conforme o IBGE (2010), a população total da São Miguel é de 9.150 pessoas, sendo que 4.528 são homens e 4.625 são mulheres. Quanto a cor e raça, 7.220 são brancas, 1.709 são pardas, 704 são pretas, 8 são amarelas e 6 são indígenas. Já os analfabetos totalizam 305 pessoas, cujo enquadram se pescadores e antigos moradores da zona rural, que tiveram dificuldades de acesso à escola, devido a distância e às condições financeiras, as quais obrigaram a optar pelo trabalho ao invés do estudo, sendo que os homens são a maioria,

Com relação à renda segundo o IBGE (2010) 4.533 pessoas apresentam renda de até três salários mínimos, 178 se enquadram entre três a cinco salários mínimos, 49 recebem entre cinco a 15 salários mínimos, apenas quatro recebem entre 15 a 20 salários mínimos e 2.978 não apresentam renda. No entanto, conforme MOPS (2019) o total de famílias com registro no cadastro único é de 1.287. Já as que se enquadram no quadro de extrema pobreza é de 291, as de pobreza é de 238 e as que estão em situação de baixa renda é de 354 famílias.

Quanto as que recebem Bolsa Família totalizam 422. Por meio do trabalho de campo visualizamos que a região conta com o atendimento de unidade básica de saúde e escolas. Foi possível verificar também que essa vila é uma das que apresenta maior quantidade de ocupações informais, apresentando grande concentração a partir da Rua Cristóvão Pereira em direção a Laguna dos Patos, como também nas quadras das ruas diagonais que fazem parte do projeto, de uma praça, onde a área foi ocupada.

Dessa forma, percebemos que a produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (CORRÊA, 1995 p,30). Essa localidade, propriamente dita, vem sendo ocupada desde 2004 e ampliando o número de casas até hoje. Cabe

destacamos que embora a prefeitura tenha interesse em realizar a regularização fundiária dessas áreas de posse no município, especificamente nessa que seria a praça, não é possível, visto que, estão de baixo da rede de alta tensão.

Carlos (1994, p. 42) destaca que é nas áreas da cidade destinada a moradia que a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando nitidamente as contradições de classes e modos de vida. Podemos notar isso nas características dos lotes e domicílios, a qual, quase toda a vila há uma mistura de terrenos desproporcionais e moradias que vão desde as condições insalubres as bem estruturadas, inclusive nas margens da Laguna dos Patos. Apesar dessas condições, todas as residências possuem abastecimento de água e fornecimento de energia.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios, 2.434 são próprios e quitados, 258 são alugados, 123 são cedidos de outra forma, 71 são próprios em aquisição, 39 possuem outra condição de ocupação e apenas quatro são cedidos por empregador. A localidade conta ainda com a Associação dos Pescadores da Vila São Miguel – APESMI, fundada em 2002, atuando com cooperativismo e recebe assistência do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), o qual faz parte da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Segundo Oliveira (2008), essa associação foi formada com o intuito de acabar com a exploração dos pescadores artesanais locais pelos comerciantes intermediários ou “atravessadores”.

Outro aspecto que se destacou nas alterações foi o comércio e os serviços que a partir de 2014, com a implantação de um shopping na comunidade vizinha, houve a expansão dos mesmos na localidade, principalmente, nas margens da rua Saturnino de Brito. Desse modo, através do trabalho de campo foi possível verificar 50 novos estabelecimentos, sendo que, 22 estão no ramo de serviços, 14 no ramo de comércio e cinco empreendimentos habitacionais somente nas áreas próximas ao shopping.

Ainda nessas áreas próximas do shopping existe uma grande quantidade de moradias para alugar incluindo condomínios.

CONCLUSÃO

Com base nos dados levantados na pesquisa, foi possível perceber que o entorno mais próximo do shopping obteve uma razoável melhora com relação à infraestrutura e o processo de valorização do espaço, demonstrando um processo principiante de alterações econômicas e espaciais. Entretanto, ainda não foi consolidada uma nova centralidade, visto que, as atuais condições políticas e econômicas estagnaram o desenvolvimento. Verificamos ainda que as vilas apresentadas demonstraram a necessidade de maior atuação do poder público, uma vez que, há ausência de políticas públicas eficazes para conter a pobreza e oferecer melhores condições de vida.

Essa questão é evidenciada por meio das informações apresentadas em cada localidade e o crescente número de agentes sociais excluídos, sobretudo na Vila São Miguel, que já se destacava como a segunda maior no município com assentamentos urbanos informais. Além disso, houve um crescimento da desigualdade social, na mesma. Também foi possível perceber que houve negligência pelo poder público sobre as áreas que margeiam a Laguna dos Patos e as que possuem rede de energia de alta tensão, já que em ambos os casos há posse dos terrenos que oferecem risco a população e ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS)**, 2010. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/servmapa.php?s=1&codigo=431560>. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Sistema de Gestão Sócio-Patrimonial: Setor Elétrico**. São Paulo, 1997.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9. ed., São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, A. F. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1933.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FERNANDES, E. **Regularização de assentamentos informais na América Latina**. Foco em políticas fundiárias. Lincoln Institute of Land Policy, 2011. Disponível em: https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/regularizacao-assentamentos-informaisfull_1.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse por setores**, 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**, 2010b. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> Acesso em: 11 set. 2019.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editores da UFMG, 2001.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 4 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. (121 – 192)

MARICATO, E. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. (org.) **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARICATO, E. **Brasil cidade**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTESSORO, C. C. L. **Shopping centers e a (re) estruturação urbana em Presidente Prudente/SP**. 1999. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 1999.

PINTAUDI, S. M. O shopping center no Brasil: Condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR. H. (org.). **Shopping centers: espaços, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A área central e sua dinâmica: Uma discussão. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.16, n. 31, p. 155-167, dez. 2004.

ROMERO, Hamilton. **O papel do Shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados – MS**. 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

SALVATORI, E.; HABIAGA, L. A. G. de P.; TOHRMANN, M. do C. Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**, , Rio de Janeiro: IBGE, v.51, 1989.

SAN MARTIN, M. C. **Análise da dinâmica de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais do município do Rio Grande/RS no período entre 2005-2018**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, 2019.

SILVA, W. R. da. **Para além das cidades**: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. 263f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu**: a lógica da (re) produção monopolista da cidade, 1991. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**: São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, M. E. B. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista/UNESP, v.10, 1991.

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.2, n. 1, p. 46-66, jan./jun. 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2003.